

Brasil estuda modelos de outros países

As semelhanças entre Brasil, México, Argentina e Venezuela vão muito além da enorme dívida externa que acumulam. Os quatro tiveram que fazer ajustes econômicos para se adequarem ao mercado internacional. Quando o governo brasileiro anunciou a abertura de sua economia e a privatização de empresas estatais, e se dispôs a fazer uma profunda contenção de seus gastos, estava apenas seguindo o receituário já adotado pelo México e pela Venezuela, e que começa a ser seguido pela Argentina, como forma de se adaptar aos novos tempos. Ao lado desses ajustes, os acordos feitos por esses países com seus credores estão sendo detalhadamente estudados pelo Brasil, que pretende conseguir vantagens ainda maiores na mesa de negociação.

“A América Latina ficou 20 anos atrasada em relação aos países asiáticos, que conseguiram um enorme desenvolvimento tecnológico enquanto discutíamos os preços de matérias-primas e ideologias”,

analisa o embaixador da Venezuela no Brasil, Sebastian Alegrette, que expôs a experiência de seu país no seminário de negociação da dívida externa promovido pelo Senado. A partir dos ajustes, tanto o México quanto a Venezuela conseguiram avanços na negociação de suas dívidas, reduzindo significativamente a remessa de dólares ao exterior para pagamento de juros e, com isso, criando condições para a retomada do crescimento.

O acordo que a Venezuela está negociando com os credores é o preferido do Brasil, pelas inovações que traz. Mas o governo brasileiro ambiciona ganhos ainda maiores do que os obtidos pelos venezuelanos. O embaixador Jório Dauster, principal negociador da dívida brasileira, explica que, além dos vários mecanismos de redução de dívida apresentados pela Venezuela, o Brasil estuda outras alternativas. Uma delas é a conversão da dívida em ações de empresas estatais e a outra é o mecanismo de recompra da dívida, com desconto no mercado secundário, por empresas e bancos brasileiros. Posteriormente as empresas venderiam esses títulos ao governo brasileiro em troca de um pequeno lucro. O acordo do México é considerado tímido, embora tenha o mérito do pioneirismo — foi o primeiro a romper com o

processo de simples renegociação da dívida, para adotar as propostas de redução total do débito.

Venezuela — A principal inovação venezuelana foi a negociação fora do comitê assessor dos bancos credores, que o Brasil tenta agora repetir. A Venezuela se reuniu com cada um dos seus credores e propôs várias alternativas de redução de dívida. As primeiras respostas dos bancos começaram a chegar no início da semana passada. O Manufacturers Hanover Trust optou pela compra de bônus com valores menores ao da dívida, que serão resgatados no futuro. O Chase Manhattan Bank e o Citibank estão dispostos a entrar com dinheiro novo. O Banco de Nova Iorque concordou em reduzir temporariamente suas taxas de juros, e os bancos pequenos, que querem deixar de operar na Venezuela, acenaram com um grande desconto no valor de seus créditos para facilitar a quitação dos débitos.

Após analisar todas as propostas, o governo venezuelano fará uma avaliação do total da redução da dívida e apresentará uma proposta global de pagamento dos juros. O ajuste que vem sendo feito no país desde o ano passado resultou, no entanto, em uma profunda recessão com uma taxa de desemprego de 10%. Em 1989, a economia teve uma queda de 8%, mas

começa a registrar um pequeno crescimento este ano, quando a inflação deve ficar em 25%.

México — A dívida mexicana caiu US\$ 15 bilhões com a negociação feita em dezembro do ano passado, estando agora em US\$ 80 bilhões. O pagamento de juros custará, este ano, um desembolso de US\$ 6,5 bilhões — 25% a menos do foi pago em 1989. Um dos principais redutores da dívida global foi a adoção de uma taxa de juros fixa de 6,25% pelos próximos 30 anos, ao invés das taxas flutuantes. Outro redutor foi a troca de dívida por bônus com descontos, que serão resgatados em 30 anos. Só em 2019, o México começará a pagar o principal de sua dívida.

Um dos principais negociadores da dívida mexicana, Sérgio Cury, considera o acordo plenamente satisfatório e garante que sem ele o plano de ajuste mexicano teria ficado comprometido. A partir do acordo, o México receberá até dezembro US\$ 4 bilhões em novos financiamentos dos organismos internacionais e do Citibank. Neste ano, o país deve crescer 4%, contra 2,9% no ano passado. A inflação, no entanto, vai crescer este ano: pulando dos 20% de 1989 para 25% em 1990, porque o preço de alguns produtos foram elevados para evitar desabastecimento.